

**Brasil 'Educação em África: Desafios para o próximo Milênio'
Comemoração do Dia de África 25 de Maio 2001 São Paulo**

Maria Dulce Almeida Borges - USP

Sem educação não há desenvolvimento. Só os povos educados podem dominar as ferramentas necessárias ao desenvolvimento sustentável com melhor qualidade de vida. Todos os dirigentes africanos sem exceção reconhecem a primazia da educação e muitos dentre eles priorizaram de modo conseqüente a expansão das oportunidades de educação nos últimos 20 ou 30 anos. A prova disso é que o número de estudantes mais do que quintuplicou entre os anos 60 e 80. As grandes agências internacionais de financiamento como o Banco Mundial reconheceram esta primazia, e apesar de modo enviesado, acordaram importantes empréstimos para a expansão da educação, sobretudo aos países ao sul do Saara. Que razões fazem com que os países africanos em geral se encontrem ainda no estado de escassez e subserviência e miséria bem conhecida e propalados no resto do mundo? Não vou entrar aqui em considerações de caráter cultural, das dicotomias nunca resolvidas entre tradição e modernidade, entre poder local e poder de estado, entre cultura ancestral africana e cultura ocidental, pois correria o risco de não conseguir fechar esta conversa. Nem mesmo falarei da escola-estrutura enquanto conceito e como ela pode quebrar as maneiras africanas de se ver, de se sentir, de se conhecer e de olhar o outro, por isso me levar a considerações illitchianas que não têm lugar no contexto desta conversa. Falarei de educação dentro de um prisma puramente ocidental com tudo o que ela pode ter de abstrato e de irreverente para outras culturas, em particular a africana que nos reúne aqui. Organizei esta fala em 3 partes. Começarei por uma rápida contextualização da educação em África a partir de dados de avaliações recentes, passarei numa segunda parte à apresentação das principais tendências detectadas e terminarei com uma espécie de análise resultado mais de experiência pessoal que de leituras acumuladas durante anos, sobre educação.

Parte I O contexto Aproximadamente todos os países da África central e ocidental estão envolvidos em programas de ajustes estruturais incluindo reformas visando maior flexibilidade de mercado, desenvolvimento do setor privado, liberalização de economia e redução do setor público. Tudo coisas bem conhecidas no Brasil. Estas reformas tiveram e continuam tendo impactos sociais consideráveis nomeadamente nos setores de saúde, educação e formação, emprego, e de modo geral no poder de compra e proteção dos avanços sociais. Também, desde 1994, a desvalorização da moeda resultou em enormes dificuldades a nível macro e microeconômico, e os países tiveram que se adaptar a contextos inflacionários que em muitos casos excederam o teto de 50% das metas de importação. As opções de financiamento de projetos de desenvolvimento através da cooperação internacional conduziu os países a um círculo vicioso de dívidas cujo pagamento agravou ainda mais o sub-desenvolvimento levando a níveis inimagináveis de instabilidade. De 37 países sub-desenvolvidos no mundo, 29 estão em

África. Além das transições econômicas mencionadas acima as transições políticas são caracterizadas em geral, por um lado, por um início de abertura democrática e introdução de sistemas multipartidários aliados à responsabilização de setores da sociedade civil nalguns países, e, por outro, por violentas crises políticas que culminaram em guerras civis inter e intrapaises. Não podemos, no entanto esconder que há uma imensa variedade de situações e peculiaridades tanto sociais como culturais e econômicas, também inter e intrapaises. Esta complexidade não nos deve impedir, no entanto de ver a riqueza das múltiplas iniciativas para promoção da educação de base, motivadas pela vontade de tornar crianças, mulheres e homem em muitas regiões mais habilitados para viver melhor e contribuir para o avanço cultural, social e econômico do meio no qual evoluem.

Parte 2 As tendências atuais Vejamos alguns aspectos destas tendências pois é impossível tratar aqui de todas as áreas. Mostrarei cinco vertentes dos problemas que assolam os países africanos entre os quais: a alfabetização de adultos, o acesso ao ensino primário, as questões de qualidade, a formação de base e os financiamentos e parcerias.

(i) a alfabetização Na seqüência da Conferencia de Educação para Todos em Jomtien (março 1990) a Conferencia de Ministros de Educação em África (MINEDAF VI, Dakar, 1991) considerando o impacto negativo do analfabetismo adulto nas políticas sociais, econômicas, populacionais, ambientais e culturais, assumiu a necessidade de reduzir drasticamente as taxas de analfabetismo de 52% em 1990 para 26% em 2000. Dez anos depois a constatação é que essas taxas ainda são inadmissivelmente altas. Cabo verde é o único país que com 16,2%, está abaixo do teto de 20%. Oito países têm taxas abaixo de 50%, seis têm taxas entre 50 e 65%, e seis têm taxas acima de 70%. Neste contexto as mulheres aparecem com taxas vergonhosamente altas: acima de 80%; Cabo Verde é ainda exceção com uma taxa de 36,8% de mulheres analfabetas.

Tabela 1 Taxas de analfabetismo (2000)

Grupo	Países	Taxas (%)
Grupo I: Países com taxas mais baixas	Cabo Verde	16,2
	Camarões	39
	Gabão	28
	RD Congo	32,7
	Rwanda	47,3
Grupo II: Países com taxas mais altas	Tchad	67
	Niger	86
	Burkina Faso	74
	Guiné-Bissau	73,5
	Mali	77

RCA 78

É interessante notar que apesar dos problemas ligados à baixa confiabilidade dos dados e a baixa qualidade dos mecanismos, aparelhos e instrumentos de coleta e processamento dos mesmos, os dados divulgados são razoavelmente aceitáveis. Note-se ainda que por um lado, os anos de referencia são variáveis e em muitos casos precisam ser atualizados para terem em conta os resultados tidos em conta na avaliação da educação para todos e, por outro, consideram-se os inquéritos populacionais e de habitação e pobreza conduzidos por vários levantamentos. Esta é a área de educação em que as organizações não-governamentais, associações e outros, mais investiram preenchendo os vazios deixados pelos governos. Existem iniciativas interessante na Cote d'Ivoire - com a criação de uma Comissão nacional e de um fundo para erradicação do analfabetismo entre mulheres; Burkina Faso, Mali, Guine e Senegal têm grandes programas de alfabetização dentro de projetos de desenvolvimento e quase todos os ministérios criaram departamentos específicos para

alfabetização de adultos. (ii) acesso à educação primária O acesso ao ensino primário constitui a maior preocupação em todos os países, o que se explica pela necessidade sentida de estabelecer uma larga base de pessoas homens e mulheres, habilitados para consolidar o bem estar da sociedade, com equidade e redução da pobreza. No entanto, não podemos dizer que tenha havido reformas estruturais nos sistemas de ensino que permaneceram até hoje, dentro dos modelos clássicos herdados do colonialismo. Em geral os países têm uma educação básica de seis anos; dois garantem educação básica de menos de seis anos Madagascar, (5 anos), São Tome e Príncipe (4 anos). A idade de entrada também varia mas a maior parte admite crianças com sete anos. Mali, Guine e Senegal implementam esquemas não formais de atendimento a crianças e jovens com idades superiores à legal , com o objetivo de eliminar problemas de sobre-idade, inadaptação à escola, dificuldades de aprendizagem ou falta de vaga na escola. As tabelas abaixo apresentam os dados da taxa bruta de escolarização (indicador disponível). Tabela 2 Evolução das taxas brutas de escolarização e PIB Countries GSR 1990/91 GSR 1998/99 GSR/Diff. 90/1-98/99 Population GNP/H (US \$)

Countries	GSR 1990/91	GSR 1998/99	GSR/Diff. 90/1-98/99	Population	GNP/H (US \$)
Gabon	142,4%	149,5%	7,10%	1 014 000	3270
Cape Verde *	66,4%	118%			
Togo	51,60%	426 276 1080	95,2%	106,8%	11,60%
Madagascar	96,6%				
Comoros Islands	91,4%	92%	0,60%	525 000	520
Mauritânia *	46,8%	86,2%	39,40%	2 500 000	470
Cameroun	92,8%	80,2%	-12,60%	14 297 617	610
Rwanda **	65,6%	88,3%	22,70%	7 674 000	00
Benin	56,5%	75,7%	19,20%	5 985 680	375
Cote D'Ivoire	69,5%	73,9%	4,40%	16 300 000	734
CAR	68%	71%	3,00%	3 207 723	380
Senegal	56,8%	65,5%	8,70%	9 039 142	555
Guinea Bissau	53,1%	69%	15,90	1 081 000	210
Chad	58,8%	64,8%	6,00%	7 100 000	162
Angola	91,5%	60,2%	-31,30%	11 000 000	410
Democratic R. of Congo	72,3%	60,7%	- 11,60%	55 000 000	130
Burundi	70%	61,5%	-8,50%	6 198 220	160
Cameroon	92,8%	80,2%	-12,60%	14 297 617	610
Mali *	26,7%	50%	23,30%	9 968 000	400
Burkina Faso	35%	40%	5,00%	10 300 000	330
Niger	27,6%	32,1%	4,50%	9 700 000	142
Guinea	36,9%	53,5%	16,60%	7 773 886	550

Vemos claramente que o nível do PIB não é determinante para o nível da taxa de escolarização. Estes países progrediram mais ou menos. No entanto, ainda existem grandes disparidades entre a educação dos rapazes e das moças. No Tchad esta diferença é da ordem de 36,8 pontos percentuais! em favor dos rapazes. Algumas medidas têm no entanto sido tomadas (transporte gratuito, empréstimo de livros, cantinas para meninas, etc); as diferenças entre educação rural e urbana também são marcantes. (iii) qualidade e resultados Muitos são os indicadores que permitem um retrato da situação no que respeita a qualidade e a performance. No entanto a taxa de repetência é dos mais utilizados apesar da complexidade da análise da qualidade. É bom notar de entrada que nenhum dos países analisados tem taxas de repetência abaixo de 10%. Tabela 3 Taxas de repetência Countries Repetition Rate % of qualified teachers (1998) Pupil/teacher ratio 1990 1998 1990 1998

Countries	Repetition Rate % of qualified teachers (1998)	Pupil/teacher ratio 1990	Pupil/teacher ratio 1998
Niger	14,8	42	42
Senegal	16,5	14	57
Cape Verde	19,8	17,3	68
Burkina-Faso	17	56,9	52
Mauritânia	18,6	17,7	98
Angola	23	27	50

32 31 Burundi - 28,8 71,5 68 49 Cameroun 30,2 23,6 90,2 52 55 Central African Republic - 26,3 48 - 102 Comoros Islands 43,9 23 47,5 37,6 36,7 Democratic Rep. Of Congo 20,8 21,7 - 37 40 Côte D'Ivoire 20,7 23,2 99 * 40 43 Guinea - 26,3 73,4 - 49 Togo 37 29 70,2 58 45 Benin 25,17 25,5 - 31 53 Rwanda - - 46,6 61,7 57 Gabon 32,60 34,48 55,8 52 46 Guinea Bissau ** 20 34,5 41 - 49 Madagascar - 33,5 - 40 43,5 Chad - 35,4 70,2 -58 45

As meninas são ainda as mais afetadas. O contexto da pobreza e da instabilidade sócio-política podem não ser as únicas razões. Outro indicador interessante da qualidade da educação refere-se aos resultados de aprendizagem. As políticas para melhorar estes resultados não tiveram os efeitos esperados e em muitos casos a situação degenerou, arrastando a desmotivação dos professores, a escassez de materiais didáticos com aumento da relação professor/aluno. A substituição de professores qualificados por outros sem qualificação e portanto menos onerosos, impediu de maneira dramaticamente viciosa, a melhoria da qualidade do ensino. Acrescente-se a isso a inadequação dos currículos face à necessidade de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

(iv) Formação de habilidades básicas e educação para uma vida melhor A preocupação em várias áreas ligadas à qualidade de vida tem dado origem a muitas iniciativas como por exemplo, aspectos de saúde reprodutiva e planejamento familiar, o combate à AIDS, educação para a paz, proteção do meio ambiente, educação cívica, democracia e direitos humanos, vida familiar, higiene e educação para a saúde.

(v) Financiamento e parcerias em educação de base O financiamento da educação é predominantemente responsabilidade dos governos que alocam a esta área uma proporção importante do orçamento geral do Estado. Em média, a percentagem atribuída à educação nos países de língua francesa, portuguesa e espanhola, foi de 21,7% em 1998; deste, entre 35,5% e 48% vão para a educação básica. No entanto, devido a problemas econômicos e à grande instabilidade sócio-política esse percentual tem baixado muito e é neste contexto, que as parcerias têm complementado com largueza e eficácia, os esforços dos governos tendo-se notavelmente reforçado os mecanismos de consertação e diálogo que haviam começado de modo incipiente. Esta é uma tendência que deve ser consolidada dando lugar a um clima de confiança entre governos e sociedade civil e entre estas entre si.

Parte II As tendências Cada país deste bloco passou por circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis à realização do objetivo de educação para todos. A última Conferência Mundial em Dakar que fez o balanço de 10 anos do programa Educação para Todos (lançado em Jomtien, Tailândia em 1990) constatou que poucos países entraram no rumo e ritmo adequado à universalização do ensino primário até 2015. São eles : Cabo Verde, Benin, Gambia, Malawi e Togo. Constatou também que a eliminação da discrepância entre os gêneros está em vias de ser eliminada apenas em Cabo Verde, na Guiné Equatorial e no Malawi. De qualquer modo a realização de educação para todos depende sempre de fatores políticos, de abertura à inovação e da mobilização da sociedade. Alguns obstáculos merecem ser mencionados e dizem respeito por exemplo ao crescimento demográfico, à existência de programa de ajuste

estrutural em associação com crise social e econômica, pobreza e analfabetismo. Outros respeitam mais o contexto político e são por exemplo, a instabilidade institucional, a inadequação dos recursos face à demanda de educação agravada pela ineficácia no uso dos mesmos, salários baixos (ou não pagos) de professores, etc. Outros são de caráter puramente educacional e outros são de natureza socio-cultural (baixa demanda de educação e resistências em relação à educação de meninas, por exemplo). Em suma os recursos sendo limitados, é absolutamente urgente e realista concentrar esforços evitando fragmentação de ações difíceis de serem coordenadas ou articuladas. A análise dos fatores de risco face às necessidades reais devia ser sistematicamente introduzida de modo a poder avaliar as estratégias para as mudanças de meio e longo termo. E que estas mudanças não podem ser implementadas sem apoio popular. Enfim, e entro na parte final desta fala, os países africanos devem rever o conceito de educação de base - seja ela formal, não formal ou informal - seus valores e configurações, assim como os atores e instrumentos susceptíveis de o tornar mais eficiente. É importante instalar capacidade de pilotar os sistemas educativos através da coleta sistemática de dados quantitativos e qualitativos estes estreitamente ligados a mecanismos de pesquisa e avaliação. Mais importante ainda é providenciar com o cancelamento de dívidas, reforçando o financiamento da educação com diversificação da oferta da educação. Para informação, o conjunto dos países menos desenvolvidos em África tinham uma dívida em 1998 que atingia US\$ 121 milhões para os quais só o serviço da dívida era superior a 50% do orçamento anual. Neste âmbito, vale a pena discutirmos a validade de aplicação dos financiamentos resultantes do perdão da dívida em programas de Renda Mínima aplicada à educação. Estudos recentes da OIT mostraram por exemplo que com uma inversão anual de cerca de US\$ 113,00 por aluno é possível não só reduzir o nível de pobreza como melhorar consideravelmente o escopo geral da educação a partir da universalização do ensino primário e da eliminação da discriminação de gênero existente. Tenho consciência que os países sozinhos têm dificuldades internas na implementação de programas como este. É um fato. No entanto, a solidariedade e cooperação internacionais podem ter papel importante nesse processo, complementando se for o caso os orçamentos nacionais, desde que os próprios países se engajem de modo decisivo nessa direção. Concordamos todos que a integração e unidade africanas passam pela educação. Também concordamos que as elites instruídas - e não me ponho fora deste grupo - têm sido incapazes de transformar as estruturas sociais feudais e de agricultura de subsistência tradicional dos nossos países. Parafraseando Amílcar Cabral não fomos capazes de nos suicidarmos como classe. Ao contrário, os países da Ásia oriental conseguiram tornar suas economias mais eficazes que as dos modelos ocidentais que os colonizaram. Na realidade estes países sempre foram conscientes da necessidade de, para sua própria sobrevivência, assimilar as matemáticas, a ciência e a tecnologia ocidentais rejeitando ao mesmo tempo, de maneira clara e decidida, a cultura e valores sociais; afirmaram sempre de modo quase arrogante a superioridade de sua língua, literatura, cultura e

religião e aceitaram com sábia humildade imitar a ciência e a tecnologia ocidentais, chegando mesmo a ultrapassá-los com o tempo. Em África, marcada pela educação humanista durante e após o período colonial, esta determinação nunca se fez sentir. Mais do que isso os próprios africanos 'civilizados' olham a sua cultura com um certo paternalismo. Até hoje as línguas locais não são ensinadas nas escolas. Como vimos pelos dados rapidamente apresentados acima, a educação é ainda extremamente elitista e apoiada sobre sistemas e estruturas do tempo colonial. Poucos países generalizaram o ensino primário mesmo depois de 30 anos de independência! Para o ensino secundário a situação é ainda mais crítica: 4 a 5 % dos jovens em idade de frequentar o ensino secundário o podem fazer; menos de 1% do grupo de idade correspondente tem acesso a uma forma qualquer de ensino superior, contra 25 a 30% nos países industrializados e os que conseguem inscrever-se raramente o fazem estudos nas áreas científicas ou tecnológicas. O século XX terminou deixando um gosto amargo na boca: as esperanças introduzidas pelo notável progresso tecnológico e científico apanágio do século, não conduziram ao equilíbrio entre o ser humano e a natureza nem à harmonia social. Neste contexto a África foi talvez dos continentes mais marcados por essas esperanças não concretizadas, talvez por ser o continente que mais esperava... O continente foi de modo geral palco de regimes totalitários sempre opostos à universalização dos princípios democráticos. O fim do século XX confirmou no entanto mundialmente a prevalência dos direitos da pessoa face aos direitos do estado e a filosofia dos direitos do 'homem' tornou-se uma referência universal, a liberdade individual tendo sido reconhecida como um valor e uma orientação prioritária da política, com forte apelo à solidariedade, diminuindo a contradição entre individualismo e integração social. É este respeito pela dignidade do ser humano e pela importância da solidariedade que deve marcar as políticas educativas na atualidade e das quais os governos e sociedades africanos devem apropriar-se com a maior urgência. Os riscos da não consideração destas orientações são grandes e a responsabilidade é de todos, para fazer face ao peso crescente e cada vez mais dramático das exclusões, quer sejam dos pobres, de grupos de países, resultantes do desemprego nos países desenvolvidos ou das migrações. Neste contexto a educação ao longo da vida opõe-se à mais dolorosa das exclusões - a exclusão pela ignorância, mesmo considerando toda a relatividade inerente a esta noção. A experiência mostra que o remédio para esses males inerentes ao crescimento econômico, é a educação. A mudança das atitudes e o reforço da solidariedade depende de um esforço conjunto dos governos e da sociedade civil, dos meios de informação e comunicação, das comunidades religiosas, da família e das associações mas também e sobretudo das escolas. As relações entre educação e desenvolvimento econômico e entre educação e desenvolvimento social, devem urgentemente ser reexaminadas. É também urgente reexaminar as finalidades da educação para não continuar perpetuando sistemas e estruturas do passado. Volto assim ao princípio desta fala. A educação tem um papel fundamental no desenvolvimento. Ela tem também um papel fundamental na definição e instauração dos

valores que farão de África um continente política e culturalmente unido, harmonioso e definitivamente voltado para o futuro.